

The archive as protagonist of History: discovering the National School of Mines and Metallurgy of the University of Brazil

O arquivo como protagonista da História: descobrendo a Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil

Ana Carolina Cardoso Miotti^{1,2}

¹ Sistema de Arquivos (SIARQ), Universidade Federal do Rio de Janeiro

² Programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia,
Universidade Federal do Rio de Janeiro

carolinamiotti@siarq.ufrj.br

Recebido: 4/12/2019

Aceito: 8/12/2019

Publicado: 10/12/2019

Abstract. *The article highlights the role of archival documents, especially those on a permanent basis, standing out not only as a source of information, but also providing discoveries. This archival work brings to the fore the three-decade relationship between the University of Brazil and the National School of Mines and Metallurgy, a fact forgotten in the history of Brazilian higher education and, at the same time, unknown to the academic community. In this way, the importance of documentary preservation is ratified to disseminate knowledge and, above all, safeguard the memory of the institutions involved.*

Keywords: *Archives. University of Brazil. National School of Mines and Metallurgy.*

Resumo. *O artigo evidencia o papel dos documentos de arquivo, principalmente aqueles em caráter permanente, destacando-se não somente como fonte de informação, mas também proporcionando descobertas. Esse trabalho arquivístico traz à tona a relação de três décadas entre Universidade do Brasil e Escola Nacional de Minas e Metalurgia, fato esquecido na história do ensino superior brasileiro e, ao mesmo tempo, desconhecido da comunidade acadêmica. Desta forma, ratifica-se a importância da preservação documental para difundir conhecimento e, sobretudo, salvaguardar a memória das instituições envolvidas.*

Palavras-chave: *Arquivo permanente. Universidade do Brasil. Escola Nacional de Minas e Metalurgia.*

1. Introdução

A Administração Pública Federal, no âmbito de suas competências e atividades cotidianas, regularmente desenvolve e executa procedimentos e processos, sendo um dos produtos finais mais valiosos a informação - quer esteja em documentos de arquivo, quer esteja no arquivo em si, revelado pelo conjunto em sua forma e estrutura sobre a instituição que o criou. (MIOTTI; LEITE; SILVA, 2018; FONSECA, 1998) Como se pode observar no artigo 1º da Lei no 8.159 de 08 de janeiro de 1991, doravante Lei de Arquivos, “é dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivo, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”.

Como parte integrante governamental, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, na iminência de completar um século de existência, possui vasta produção documental a considerar pela sua extensão, incluindo órgãos administrativos assim como faculdades e institutos. Tais documentos são resultantes de suas atividades, sejam administrativas ou acadêmicas, todavia servindo à administração ou destinando-se à guarda permanente – sendo esta a tônica da presente abordagem. (MIOTTI; LEITE; SILVA, 2018) De acordo com o parágrafo 3º do artigo 8º da Lei de Arquivos, “consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados”.

Diante deste quadro, destaca-se o papel do Arquivo Permanente inserido na Divisão de Preservação Documental, vinculada ao Sistema de Arquivos da UFRJ, responsável pela identificação e preservação de documentos dessa natureza como também pela organização de fundos arquivísticos. Para compreensão do conceito de fundo, Heloísa Bellotto diz que:

Admite-se como fundo o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções ou atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja afim. (BELLOTTO, 2006, p.128)

É importante elucidar que o cerne deste artigo está pautado pela descoberta de um fato peculiar a partir dos documentos arquivísticos, os quais evidenciaram a relação entre a Universidade do Rio de Janeiro, posteriormente, Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) e a Escola Nacional de Minas e Metalurgia, ora Escola de Minas de Ouro Preto. Trata-se de duas renomadas instituições de nível superior que tiveram um vínculo de trinta anos (1931-1960), porém pouco divulgado ou simplesmente desconhecido pela comunidade acadêmica.

2. A Escola Nacional de Minas e Metalurgia

Inaugurada em 12 de outubro de 1876 sob os auspícios do Imperador D. Pedro II, a Escola de Minas é pioneira no desenvolvimento das áreas de mineralogia, metalurgia e geologia e considerada uma das maiores instituições culturais do século XIX. Fávero (2010) aponta que sua criação fora aprovada em 1832 pela Assembleia Geral Legislativa, no entanto foi instituída somente em 1875 com o decreto 6.026 do governo imperial.

Constata-se que a fundação da Escola foi, propriamente, impulsionada por um ato de vontade política do Imperador D. Pedro II, cujo entusiasmo pelas ciências tornou-se um fator preponderante. De fato, o país vivia uma economia eminentemente agrícola, baseada na monocultura do café e do açúcar. Por essa razão, Telles (1994) afirma que não havia motivação econômica ou social no país para exigir um instituto de ensino técnico de minas e metalurgia, além de não existir incentivo à pesquisa científica.

Valendo-se da indústria mineral como alternativa ao declínio econômico, D. Pedro II em viagem à França entra em contato com Auguste Daubrée que, segundo Carvalho (2010), pede-lhe a elaboração de uma carta geológica a fim de conhecer e explorar as riquezas minerais do país. Apesar do convite para visitar o Brasil, Daubrée o recusa, indicando Claude Henry Gorceix, que viria a ser o primeiro diretor da Escola, ocupando o cargo durante 15 anos. Nesse período imprime-se o “espírito de Gorceix”, isto é, despertando a compreensão e o desenvolvimento da criatividade e do espírito de investigação. (CARVALHO, 2010)

Ressalta-se que a Escola teve diferencial por apresentar um ensino puramente objetivo, priorizando tempo integral para professores e alunos, ensino individualizado, realização de excursões de campo, preocupando-se com a realidade do país. Com a formação do corpo docente e preparo do corpo discente, logo se pode perceber parte dos alunos diplomados ocupando cargos relevantes – como, por exemplo, Gonzaga de Campos, primeiro diretor do Serviço Geológico Mineralógico Brasileiro (SGMB); Amaro Lanari Jr, primeiro presidente da Usiminas e João Pandiá Calógeras, ministro da Agricultura no governo Venceslau Brás (1914-1918) – além da contribuição para a ciência no que tange ao conhecimento de aspectos minerais da província de Minas Gerais. (CARVALHO, 2010)

O fim do apoio do Imperador, a partir da proclamação da República e mudanças políticas, como a transferência da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, são fatores iminentes para as transformações na Escola, contribuindo para seu declínio. Carvalho (2010) relata fatores internos e externos, tais como perda de autonomia, descaso das autoridades, condições físicas, isolamento geográfico e cultural e, sobretudo, as reformas de ensino ocorridas entre 1893 e 1931.

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, um dos atos do Governo Provisório, é válido enfatizar nesta abordagem a reforma de ensino promovida em 1931 – a Reforma Francisco Campos, em referência ao mesmo que fora o primeiro ministro. Esta impulsionou a publicação do decreto no 19.852 de 11 de abril de 1931, que

dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro, instituída em 1920. Tal decreto propiciou a incorporação de outros institutos de ensino superior à universidade, dentre estes a Escola de Minas. (MIOTTI; LEITE; SILVA, 2018)

Poucos anos depois, como premissa de um projeto de centralização do Estado Novo (1937-1945), entra em vigor a Lei no 452, de 05 de julho de 1937 que transforma a Universidade do Rio de Janeiro em Universidade do Brasil. Deste modo, a Escola de Minas adquire nova denominação, tornando-se Escola Nacional de Minas e Metalurgia, que seria mantida até seu desligamento em 1960. (MIOTTI; LEITE; SILVA, 2018)

3. O conjunto documental da Escola Nacional de Minas e Metalurgia

O conjunto documental referente à Escola Nacional de Minas e Metalurgia é composto por processos administrativos relativos às atividades meio e fim, e segundo o *respect des fonds*¹, é considerado um fundo fechado, já que os documentos deixaram de ser produzidos em virtude do desligamento. Tratava-se de uma massa documental acumulada, por isso realizou-se o tratamento documental a partir da identificação seguindo-se pela classificação dos documentos mediante aplicação de instrumentos correspondentes, isto é, as tabelas de temporalidade respectivas. Desta maneira, foi elaborado um quadro de arranjo² funcional de acordo com os níveis da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) a saber – acervo da entidade custodiadora³ (nível 0); fundo⁴ (nível 1); grupo⁵ (nível 2); série⁶ (nível 3) e subsérie⁷(nível 3,5), conforme apresentado no Quadro 1:

¹*Respect des fonds* ou princípio da proveniência consiste em deixar agrupados documentos de qualquer natureza provenientes de uma administração, pessoa física ou jurídica determinadas. (BELLOTTO, 2006, p.130)

²Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 37) arranjo é a sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido.

³Entidade responsável pela custódia e acesso a um acervo.(NOBRADE, 2006, p.16)

⁴ Conjunto de documentos de uma mesma proveniência. (Ibidem. p.16)

⁵Subdivisão da estrutura hierarquizada de organização que corresponde a uma primeira fração lógica do fundo ou coleção, em geral reunindo documentos produzidos e acumulados por unidade(s) administrativa(s) com competências específicas. (Ibidem. p.17)

⁶ Subdivisão da estrutura hierarquizada de organização de um fundo ou coleção que corresponde a uma sequência de documentos relativos à mesma função, atividade, tipo documental ou assunto. (Ibidem, p.17)

⁷ Subdivisão da série. (Ibidem. p.17)

Quadro 1. Representação do arranjo do Fundo Escola Nacional de Minas e Metalurgia

UNIVERSIDADE DO BRASIL (Nível 0)		
FUNDO ESCOLA NACIONAL DE MINAS E METALURGIA (Nível 1)		
GRUPO (Nível 2)	SÉRIE (Nível 3)	SUBSÉRIE (Nível 3,5)
1. Gestão Acadêmica	1. Cursos Superiores (Graduação)	1. Concursos de Admissão (Vestibular) 2. Cursos 3. Matrícula 4. Transferência 5. Provas. Exames 6. Frequência 7. Estágio (Bolsas) 8. Convênio. Intercâmbio 9. Solicitações de Títulos. Certificados 10. Colação de Grau 11. Assentamentos 12. Regime Disciplinar 13. Registro de Diploma
	2. Cursos de Especialização (Pós-Graduação)	1. Criação de Cursos
2. Gestão Administrativa	1. Organização e Funcionamento 2. Convênios 3. Eleições	
3. Gestão de Documentação e Informação	1. Publicações 2. Material Bibliográfico 3. Documentação	

	Museológica	
4. Gestão de Material	<ol style="list-style-type: none"> 1. Contratação de Serviços 2. Material de Consumo 3. Material Permanente 4. Movimentação de Material 5. Cessão 6. Doação 	
5. Gestão de Patrimônio	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aquisição de Imóveis 2. Construção 3. Luz e Força 4. Veículos 5. Cessão 6. Doação 	
6. Gestão de Pessoal	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cadastro 2. Concurso Público 3. Admissão 4. Nomeação 5. Contratação 6. Aproveitamento 7. Readmissão 8. Readaptação 9. Remoção 10. Transferência 11. Requisição de Pessoal 12. Designação 13. Disponibilidade 14. Dispensa 15. Exoneração 16. Falecimento 17. Criação de Cargos e Funções 18. Pagamentos 19. Reajustes. Equiparações. Promoções Salariais 20. Avaliação de Desempenho 	
		<ol style="list-style-type: none"> 1. Gratificação a membros de Conselho 2. Gratificação a membros de órgãos de Deliberação Coletiva 3. Gratificação adicional por tempo de serviço ou adicional suplementar para professor de banca e comissões de concurso 4. Gratificação de função 5. Gratificação de magistério

	<p>21. Gratificações</p>	<p>6. Gratificação de nível superior 7. Gratificação de risco à saúde 8. Gratificação pela execução de trabalho técnico-científico 9. Gratificação pelo exercício de encargo de membro de banca e comissões de concurso 10 Gratificação pelo exercício de encargo de professor em curso legalmente instituído</p>
	<p>22. Salário Família 23. Descontos</p>	
	<p>24. Licenças</p>	<p>1. Licença especial 2. Licença para capacitação 3. Licença para interesses familiares 4. Licença para tratamento de interesses particulares 5. Licença para tratamento de saúde 6. Licença prêmio</p>
	<p>25. Delegações De Competência 26. Frequência 27. Ações Disciplinares 28. Acumulação de Cargos 29. Averbação de Tempo de Serviço 30. Aposentadoria 31. Pensão Especial 32. Prêmios e Títulos 33. Viagens 34. Eventos 35. Comunicações. Consultas. Informações</p>	
<p>7. Gestão Financeira</p>	<p>1. Distribuição Orçamentária 2. Movimentação Bancária 3. Receita 4. Balancetes 5. Prestação de Contas</p>	

4. Conclusões

Grande parte da documentação já cumpriu o ciclo vital na administração, podendo ser eliminada. Entretanto, após avaliação e discussões, concluiu-se que a mesma deveria ser preservada, pois referem-se a documentos raros, que comprovam a existência do vínculo entre as entidades, assegurando a prerrogativa dos arquivos permanentes. Ademais, manter este fundo garante que um capítulo da história do ensino superior não seja definitivamente esquecido, ressaltando o papel do arquivo na disseminação de saberes, de modo a salvaguardar a memória de ambas as instituições.

Financiamento

O presente trabalho não obteve apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

Referências

BELLOTTO, H.L. **Arquivos permanentes: Tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Acesso em 13 fev. 2020

_____. CONARQ - CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf. Acesso em 13 fev. 2020

_____. Decreto no 19.852, de 11 de abril de 1931. **Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19852-11-abril-1931-510363-republicacao-85622-pe.html>. Acesso em 09 nov. 2019

_____. Lei no 452, de 05 de julho de 1937. **Organiza a Universidade do Brasil**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-452-5-julho-1937-398060-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 09 nov. 2019.

_____. Lei no 8.159, de 08 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm. Acesso em 09 nov. 2019.

CARVALHO, J.M. **A Escola de Minas de Ouro Preto: O peso da glória.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

FÁVERO, M.L.A. **A Universidade no Brasil: das origens à construção.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010. 2ª ed.

FONSECA, M.O.K. Informação, arquivos e instituições arquivísticas. **Arquivo & Administração**, v. 1, n. 1, 1998. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/21021>. Acesso em: 13 fev. 2020.

MIOTTI, A.C.M.; LEITE, C.R.; SILVA, M.A.R.M. **Arranjo e descrição: O caso da Escola de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil.** CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA, 8., 2018, João Pessoa. Anais eletrônicos do VIII Congresso Nacional de Arquivologia. Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn, João Pessoa, v. 6, n. especial, p. 229-246, out. 2018. Disponível em: http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v6_nesp. Acesso em 13 fev. 2020.

TELLES, P.C.S. **História da Engenharia no Brasil(Séculos XVI a XIX).** Rio de Janeiro: Clavero, 1994. 2v